

Congresso vai começar a votação do orçamento

por Thais Bastos
de Brasília

Foi adiado de hoje para a manhã de segunda-feira próxima, 21, o prazo final para a entrega do parecer sobre o projeto de Orçamento da União para 1989 pelo relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, senador Almir Gabriel (PMDB-PA). Na tarde do dia 21, informou o presidente da comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), far-se-á a leitura do parecer e serão iniciadas as discussões entre os sessenta membros.

Segundo o artigo 166 da Constituição, parágrafo 4, o Executivo pode enviar mensagem propondo alterações no projeto orçamentário "enquanto não iniciada a votação, na comissão mista, da parte cuja alteração é proposta". Muito embora Carvalho admita ser improvável que as votações comecem na segunda-feira, os adiamentos sucessivos do envio da mensagem pelo Executivo ao congresso "arranham o relacionamento" entre os dois poderes, afirmou.

O que dificulta é a possibilidade de muito trabalho ser desperdiçado, dependendo do nível de alterações proposto pelo governo, uma vez que cada tópico do projeto, enviado no final de agosto ao Congresso, foi detalhadamente analisado por sub-relatores, e alterações substantivas feitas agora não poderiam receber o mesmo tratamento.

Há ainda a desconfiança, por parte de alguns dos

parlamentares que integram a comissão, quanto à tática do Executivo em vincular possíveis aumentos de receita (reestimativa de arrecadação tributária) à eliminação de dívidas. "Como o Congresso não pode mexer nas despesas previstas com serviço da dívida, o executivo pode amarrar a atuação do Congresso", disse um parlamentar.

O temor da vinculação é especialmente direcionado para a questão da rolagem das dívidas dos estados e municípios em 1989, uma vez que o Executivo manteve sua intenção inicial, prevista no projeto orçamentário, de cobrar dos estados o pagamento de 25% destes débitos.

O relator da Comissão, Almir Gabriel, parece tender a conceder um tratamento diferenciado para cada estado, dependendo de sua situação financeira específica. Mostra disso foi sua solicitação, encaminhada há cerca de um mês a todos os secretários de planejamento estaduais, para que remetessem à comissão dados não só relativos ao montante que teriam de desembolsar em 1989, caso prevalessem os 25%, como também suas estimativas de receitas.

Do dia 21 ao dia 25 próximo, a comissão deve concluir a votação do projeto de Orçamento, encaminhando o texto resultante ao presidente do Congresso, que, então, marcará a data para a votação final pelo conjunto dos deputados e senadores.

GAZETA PARLAMENTAR

19 NOV 1988